Chave de correção das Provas Dissertativas para os cargos de Auditor Fiscal e Procurador Jurídico

004 – AUDITOR FISCAL

a. Indicação e explicação de quatro princípios constitucionais tributários (4 pontos):
- indicação de cada princípio: 0,5 pontos para cada um.
- explicação de cada princípio: 0,5 pontos para cada um.

b. Definição e importância desses princípios gerais no sistema tributário nacional (2 pontos)

c. A função e os objetivos das limitações ao poder de tributar, com foco nas garantias e proteções oferecidas aos contribuintes (5 pontos)
Exemplo de resposta: as limitações ao poder de tributar têm como principal função proteger os direitos dos contribuintes e evitar abusos por parte do Estado. Elas garantem que a tributação seja justa, proporcional e equilibrada, evitando excessos que possam comprometer a viabilidade econômica dos indivíduos e das empresas. As limitações promovem a segurança jurídica e a previsibilidade no campo tributário.

d. Dois exemplos de limitação ao poder de tributar (4 pontos) ou seja, 2 pontos para cada exemplo.

e. Importância do Equilíbrio entre Arrecadação e Direitos dos Contribuintes (**3 pontos**)**:**
Exemplo de resposta: O equilíbrio entre arrecadação de tributos e respeito aos direitos fundamentais dos contribuintes é essencial para a justiça fiscal. A tributação deve ser justa e não pode comprometer a dignidade dos indivíduos ou a sustentabilidade das empresas. A aplicação dos princípios constitucionais tributários e das limitações ao poder de tributar assegura que a necessidade de recursos para o Estado não ultrapasse os limites do aceitável e do justo.

f. **O papel do Supremo Tribunal Federal (STF) na interpretação e aplicação das normas constitucionais tributárias e na resolução de conflitos tributários** (**2 pontos**)

Exemplo: O STF tem um papel crucial na interpretação e aplicação das normas constitucionais tributárias. Ele garante que as leis tributárias sejam compatíveis com os princípios constitucionais, resolve conflitos tributários e assegura que o poder de tributar seja exercido dentro dos limites estabelecidos pela Constituição. A jurisprudência do STF é fundamental para a consolidação de um sistema tributário justo e equilibrado.

033 – PROCURADOR JURÍDICO

Desenvolvimento do tema e domínio do conteúdo. 20 Pontos

1. Incompetência.
   1.1. Indicação. (01 ponto)
   1.2. Conceituação. Fica caracterizada quando o ato não se incluir nas atribuições legais do agente que o praticou. (03 pontos)

2. Vício de forma.
   2.1. Indicação. (01 ponto)
   2.2. Conceituação. Consiste na omissão ou na observância incompleta ou irregular de formalidades indispensáveis à existência ou seriedade do ato. (03 pontos)

3. Ilegalidade do objeto.
   3.1. Indicação. (01 ponto)
   3.2. Conceituação. Ocorre quando o resultado do ato importa em violação de lei, regulamento ou outro ato normativo. (03 pontos)

4. Inexistência dos motivos.
   4.1. Indicação. (01 ponto)
   4.2. Conceituação. Se verifica quando a matéria de fato ou de direito, em que se fundamenta o ato, é materialmente inexistente ou juridicamente inadequada ao resultado obtido. (03 pontos)

5. Desvio de finalidade.
   5.1. Indicação. (01 ponto)
   5.2. Conceituação. Se verifica quando o agente pratica o ato visando a fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência. (03 pontos)